



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

Senhor licitante,

A comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório que não afetem a formulação das propostas, quaisquer esclarecimentos e respostas às impugnações, serão efetuadas por meio do sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

Recife, 19 de Fevereiro de 2016.

**MARÍLIA B. DE LIMA PEQUENO**  
Coordenadora de Licitações  
SIAPE 1650594

<b>PREGOEIRO</b> Ana Paula Pereira Prado	<b>SIAPE</b> 1916385
---	-------------------------

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

**Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº14/2016, destinado a selecionar propostas para Registro de Preços unitários, visando aquisição de material eletroeletrônico para suprimento das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife e demais campi da Universidade Federal de Pernambuco, conforme processo administrativo nº 23076.047353/2015-80.**

A Universidade Federal de Pernambuco torna público que às **9h, horário de Brasília, de 03 de Março de 2016**, no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/> o Pregoeiro da Diretoria de Licitações e Contratos designado pelas *Portarias nº 2.252, de 25 de maio de 2015 e nº 5.002, de 09 de dezembro de 2015, do Magnífico Reitor*, estará promovendo

**Pregão Eletrônico, tipo menor preço unitário, POR LOTE**

o qual obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, com a redação do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, com a redação dada pelo Decreto nº 8.250/2014, de 23 de maio de 2014, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, na Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 2 de 11/10/2010, com as alterações das Instruções Normativas SLTI-MPOG nº 1 de 10/02/2012, SLTI-MPOG nº 5 de 18/06/2012 e SLTI-MPOG nº 4 de 15/10/2013, na Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 3 de 04/10/2013 e Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 27 de 10/11/2010, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, além do que mais for exigido neste Edital e em seus anexos.

**Encaminhamento da proposta de preços**

*(exclusivamente por meio do sistema eletrônico):*

a partir da data de liberação do Edital no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, que ocorrerá simultaneamente à publicação do aviso licitatório no Diário Oficial da União, até o horário limite de início da sessão pública acima estabelecido.

**1. OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** Selecionar propostas para Registro de Preços unitários, visando à aquisição de material eletroeletrônico para suprimento das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife e demais campi da UFPE compreendendo 40 (quarenta) itens agrupados em **03 (três) lotes**, conforme especificações e quantitativos constantes do **Anexo I** deste Edital;

**1.1.1.** Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso e estar em total conformidade com a legislação geral NBR 5410 em suas recomendações;

**1.2.** Validade da proposta: mínimo de **90 (noventa) dias corridos** a partir da abertura deste Pregão;

**2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** A participação nesta licitação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as condições expressas no presente Edital e em seus anexos, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e do Decreto nº 8.538/ 2015;

**2.1.1.** A empresa que declarar falsamente se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte para valer-se do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, incorrerá no crime de falsidade ideológica e estará sujeita às penas previstas no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e administrativas cabíveis;

**2.2.** A empresa participante deverá estar credenciada no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do **item 3**, e responsabilizar-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas

propostas e lances;

**2.3.** Não será admitida a participação de empresa:

**a)** em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**b)** temporariamente suspensa de participar de licitação **com a União**, com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto 5.450/2005, e **com a UFPE**, com fundamento no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93 ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, que ainda não tenham logrado reabilitação;

**c)** que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

**d)** que não tenha sede no País;

**e)** quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

**2.4. As licitantes** devem declarar atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, mediante opção em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, quando da inserção da proposta eletrônica, posto que a sua negativa declaratória, no referido campo, impedi-la-á do prosseguimento no certame;

**2.5.** Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

**a)** cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**b)** informará sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo à habilitação (*art. 32 § 2º, “in fine”, da Lei 8.666/93*);

**c)** não possui em seu quadro de pessoal (empregado) menor (Art 7º, inciso XXXIII, da CF/88);

**d)** declara a elaboração independente de proposta, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16/9/2009, publicada no DOU de 17/09/2009.

**2.5.1. As restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal** não constituem impedimentos de manifestar no campo próprio o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, observado o disposto no **subitem 7.11**.

### **3. CREDENCIAMENTO**

**3.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/> link: credenciamento (*art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.2.** O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (*art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPE, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (*art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (*art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005*).

### **4. PROPOSTA ELETRÔNICA**

**4.1.** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com os dados indicados no **subitem 4.2**, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas (*art. 21 do Decreto nº 5.450/2005*);

**4.1.1.** O licitante não deve encaminhar proposta eletrônica caso ocorra o previsto no **subitem 5.4**.

**4.2.** A proposta eletrônica conterá, sob pena de desclassificação, a descrição do objeto ofertado em conformidade com o **Anexo I** deste Edital, que deverá ser informada no campo destinado à “descrição detalhada do objeto ofertado”; além de informar necessariamente marca/fabricante, modelo/linha do produto, preços unitário e total,

nos respectivos campos, **vedada a identificação do licitante** (*art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**4.3.** Serão desclassificadas as propostas eletrônicas que:

**a)** não apresentem dados conforme exigido no **subitem 4.2**;

**b)** apresentarem qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamento subsidiados ou a fundo perdido.

**4.4.** O licitante deve cotar obrigatoriamente todos os itens do(s) lote(s) que tenha interesse, tendo em vista o tipo de licitação: menor preço unitário, por lote;

**4.5.** O envio da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

**4.6.** Até o horário limite do início da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (*art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005*).

## **5. SESSÃO PÚBLICA / CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS**

**5.1.** A partir do horário indicado no preâmbulo deste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro (*art. 22 do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (*art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.3.** A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (*art. 22, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.4.** Caso a descrição editalícia diverja com a contida no sistema eletrônico, o(s) lote(s) será(ão) cancelado(s) pelo pregoeiro.

## **6. FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**6.1.** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento e do valor consignado no registro (*art. 24, caput e § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.2.** Apenas os licitantes que tiverem suas propostas eletrônicas classificadas poderão formular lances;

**6.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital (*art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.4.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (*art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.5.** O sistema eletrônico registrará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro;

**6.6.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante (*art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.7.** Na fase de lances, embora a classificação final seja pelo valor unitário do lote, a disputa será por item. A cada lance ofertado (por item), o sistema eletrônico atualizará automaticamente o valor do grupo, sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o menor valor unitário do lote (somatório dos preços unitários dos itens);

**6.7.1.** Não serão aceitos itens com preço superior àquele de menor valor resultante da disputa por itens dentro do respectivo lote, mesmo que o item de maior valor faça parte da proposta vencedora contendo o menor valor global por grupo (Acórdão nº 2.695/2013-TCU-Plenário).

**6.8.** Caso o pregoeiro entenda que houve equívoco, por parte do licitante, quando do envio do lance, promoverá a exclusão do referido lance, que poderá ser ratificado, se for o caso;

**6.9.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que definirá período entre um e sessenta minutos;

**6.10.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, observado o período definido pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (*art. 24, §§ 6º e 7º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.11.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital (*art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.12.** Quando solicitado pelo Pregoeiro, a(s) licitante(s) deverá(o) enviar a documentação comprobatória de que se enquadram como ME/EPP, tal qual refletido no Sistema, caso a consulta ao sítio da Receita Federal não seja suficiente para a comprovação, nos termos do **subitem 7.2, letra “c”**;

**6.13.** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

**6.13.1.** Persistindo a desconexão do pregoeiro por tempo superior a dez minutos, a sessão eletrônica será suspensão e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação;

**6.14.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (*art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.15.** Para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital, o lance é considerado proposta.

## **7. PROPOSTA ESCRITA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Encerrada a etapa de lances, a **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta escrita, em arquivo único, no prazo de **1 (um) dia útil**, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema *Comprasnet*. Deverá constar desse anexo no mínimo a seguinte documentação:

- a)** proposta de preço escrita, firmada pelo representante legal, em papel timbrado ou personalizado do licitante, adequada ao lance eventualmente ofertado/negociado, conforme **Anexo II** deste Edital;
- b)** documentação de habilitação indicada no **subitem 7.3**;
- c)** certidão comprobatória do seu enquadramento como ME/EPP (Certidão Simplificada da Junta Comercial, válida, nos termos da IN nº 10 de 05/12/2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI);

**7.1.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema *Comprasnet* poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada pelo pregoeiro para serem encaminhados ou entregues, em até **2 (dois) dias úteis**, na Divisão de Licitações da UFPE, Avenida da Arquitetura, s/n, Campus Recife, Cidade Universitária, CEP 50740-550, Recife, PE, telefone: 81.2126.7032, no horário de **07h30min às 19h30min**;

**7.1.2.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos que constam da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;

**7.1.3.** O licitante deve indicar na proposta escrita os dados bancários da empresa (nome e número do banco, nome e número da agência, número da conta corrente) para fins de pagamento, assim como os dados do representante legal (nacionalidade, estado civil, profissão e/ou função que ocupa na empresa, endereço residencial, RG e CPF) que firmará a ata de registro de preços decorrente desta licitação, acompanhado de cópia do RG e CPF;

**7.1.4.** A Prefeitura da Cidade Universitária emitirá parecer sobre o acolhimento da documentação de qualificação técnica, quando couber, e proposta escrita, e o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante;

**7.1.4.1.** Devem acompanhar a proposta escrita catálogos técnicos, manuais ou folhetos com informações claras e detalhadas dos materiais, escritos estes em português do Brasil;

**7.1.4.2.** Deverá constar da proposta uma garantia mínima de **12 (doze) meses** para os materiais ofertados.

**7.1.4.3.** Na fase de aceitação durante a análise técnica da proposta do licitante, a fim de verificar o atendimento às especificações técnicas, poderá ser solicitada ainda pelo parecerista técnico documentação complementar aos catálogos emitido(s) pelo fabricante, escritos em português do Brasil, que auxiliem a comprovação das características técnicas do(s) produto(s) ofertado(s) especificadas no **Anexo I** deste Edital. Serão aceitos documentos obtidos via internet, desde que informado o endereço do sítio/página que originou o documento. Cópias, somente serão aceitas se legíveis;

**7.1.4.4.** Deverá constar da proposta uma garantia mínima de **12 (doze) meses** para os materiais ofertados.

**7.1.5.** Após a análise da proposta apresentada, caso esta, não seja aceitável, estando fora das especificações solicitadas, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro convocará as licitantes remanescentes para envio da proposta, em ordem de classificação, obedecendo ao mesmo prazo no **subitem 7.1.**;

**7.1.6.** A proposta da licitante remanescente será examinada, nos termos do **subitem 7.1.4**, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital;

**7.2.** Não serão aceitas, sendo **desclassificadas**, as propostas escritas que (1) não atenderem às exigências do presente Edital e em seus anexos; (2) sejam omissas ou contenham vícios ou ilegalidades; (3) apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis; e (4) não vierem a comprovar sua exequibilidade;

**7.2.1.** Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação;

**7.3.** A licitante detentora da melhor oferta deverá enviar no prazo indicado no **subitem 7.1 deste Edital**, a seguinte documentação de habilitação:

**a) HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a.1)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até a data estabelecida para o envio virtual da proposta, e se sociedade por ações acrescentar documentos de eleição de seus administradores, bem como respectivas alterações, caso existam, igualmente lançadas no registro comercial competente;

**a.2)** Registro Geral – RG e Cadastro Pessoa Física dos diretores/gerentes.

**b) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**b.1)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3(três) meses data do envio virtual da proposta, com índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que 1(um); as empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices LG, SG e/ou LC quando de suas habilitações deverão comprovar sua boa condição financeira através do capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, exigido na forma dos §§ 2o e 3o, do artigo 31, da lei no 8.666/93; inexigível de ME ou EPP quando se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015;

**b.2)** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Liquidação Judicial ou de Execução Patrimonial, conforme o caso, expedida pelo Distribuidor da sede do licitante ou do seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria Certidão, ou na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias, contados da data do envio virtual da proposta.

**c) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- c.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c.2) Certidões negativas de débitos referentes aos Tributos, Seguridade Social, e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, probatórias de regularidade perante a Fazenda Nacional;
- c.3) Certidões Negativas de Débitos para com as Fazendas Estadual e Municipal;
- c.4) Prova de regularidade perante o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, probatória da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.4. Para o licitante cadastrado e habilitado parcialmente no SICAF, dispensa-se a apresentação da documentação exigida somente nas letras “a”, “b.1”, “c.1”, “c.2”, “c.3” e “c.4” do **subitem 7.3**, ressalvado o disposto no **subitem 7.4.1**, devendo ser apresentada a documentação relativa às letras “b.2” e “c.5”, acima, necessariamente;

7.4.1. O licitante credenciado e habilitado parcialmente no SICAF com documentação irregular e/ou vencida perante o Sistema deve enviar eletronicamente, juntamente com a proposta escrita, a documentação respectiva;

7.4.2. Licitante cadastrado, mas com habilitação parcial inexistente no SICAF, deve enviar eletronicamente, juntamente com a proposta escrita, a documentação necessária à habilitação parcial (*letras “b” e “c.3” do subitem 7.3*);

7.4.3. Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitação de documentos ou formulários obtidos via internet em substituição aos documentos exigidos no subitem 7.3 “b.2”;

7.5. Para fins de habilitação, a verificação pela UFPE nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (*art. 25, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005*);

7.6. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

7.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (*art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

7.8. Não serão considerados os documentos por cópia não autenticada e/ou não solicitados;

7.9. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas por qualquer servidor da Divisão de Licitações da UFPE, mediante a apresentação dos originais;

7.10. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem às exigências do **subitem 7.3**.

7.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do licitante, o mesmo disporá de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação do pregoeiro após a **divulgação do resultado da fase de habilitação**, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação (*art. 4º caput, §1º, inc. I § 2º, § 3º, § 5º do Decreto 8.538/2015*);

7.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento do licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital (*art.21, §3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

## 8. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (*art. 26 do Decreto nº*

5.450/2005);

**8.1.1.** Só serão aceitos recursos e contra-razões encaminhados pelo site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

**8.1.2.** Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal da ME/EPP a abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam o **subitem 7.11** deste Instrumento (art. 4º, § 4º do Decreto 8.538/2015);

**8.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem imediatamente anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.3.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 26, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.4.** Da decisão que reconhecer a qualidade de **ME** ou **EPP** aos optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, caberá recurso;

**8.5.** Os autos do processo, caso não estejam em tramitação, permanecerão com vistas franqueadas às interessadas na *Divisão de Licitações da UFPE, Campus Universitário, Recife, PE, telefone: 0xx81 2126.7032.*

## **9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** A adjudicação será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recursos, caso contrário, pelo Magnífico Reitor, a quem caberá também a homologação do certame;

**9.2.** Na homologação, o Magnífico Reitor consultará previamente os demais licitantes, através do Sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, para que manifestem, no prazo estipulado, sendo no mínimo de 24h, se desejam reduzir seus preços ao valor (negociado) da proposta do licitante mais bem classificado para formação do cadastro de reserva, observada a sequência da classificação, seguindo a ordem da última proposta apresentada durante a etapa competitiva (Caput do art. 10 do Decreto nº 7.892/2013);

**9.2.1.** O Cadastro de Reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas;

**9.2.2.** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços do fornecedor mais bem classificado ou quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente (§ 3º, do art. 11, do Decreto nº 7.892/2013);

**9.3.** Homologado o procedimento licitatório, a licitante FORNECEDORA será notificada, por escrito, para:

**a)** apresentar a documentação de identificação (CPF e RG) do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços, caso não tenha incluído junto à proposta escrita;

**b)** assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no **subitem 10.1.**

## **10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** O adjudicatário será convocado para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, assinar a Ata de Registro de Preços (**Anexo III**), oportunidade em que se exigirá a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante o período de cumprimento das obrigações pactuadas;

**10.1.1.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela UFPE;

**10.2.** Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação das condições de habilitação ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de registro de Preços poderá ser convocado outro licitante do cadastro de reserva, caso não haja cadastro de reserva será convocado o licitante remanescente para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e/ou no instrumento contratual e das demais cominações legais (art. 27, §3º, do Decreto nº 5.450/2005);



**10.3.** A UFPE providenciará previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, sem ônus para o licitante vencedor do certame, quando for o caso, o seu cadastramento perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, após reexame da documentação apresentada nos termos do subitem 7.3 (*letras “a”, “b” e “c”*), devidamente atualizada;

**10.4.** O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, após cumpridos os requisitos de publicidade da mesma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 (*arts. 12 e 14 do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013*);

**10.5.** Não há previsão de utilização da Ata de Registro de Preços por órgão participante, por inexistência de manifestação de interesse na Intenção de Registro de Preços nº 153080-00206/2015, divulgada no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) em 20/11/2015.

## **11. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

**11.1.** Constam da minuta da Ata de Registro de Preços, **Anexo III** deste Edital.

## **12. OBRIGAÇÕES DA UFPE**

**12.1.** Constam da minuta da Ata de Registro de Preços, **Anexo III** deste Edital.

## **13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**13.1.** As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos a contar da emissão da Nota de Empenho ou documento equivalente;

**13.2.** O material com as quantidades do objeto registrado em Ata deverá ser entregue no Almoxarifado da Superintendência de Infraestrutura da UFPE, no campus I da UFPE, em até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da nota de empenho e requisição de material com nº da nota de empenho vinculada à requisição, expedida pela PCU/UFPE, pelo fornecedor. No horário das **08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min de segunda a sexta-feira em dias úteis (dias de expediente)** na Universidade Federal de Pernambuco;

**13.3.** A quantidade de material – objeto registrado em ATA - a ser destinada à Superintendência de Infraestrutura/UFPE será definida na **nota de empenho e requisição de material** expedida, exclusivamente, pela PCU/UFPE, de acordo com as demandas e necessidades da PCU/UFPE, e no caso de envio de amostras o quantitativo destas deve ser abatido do montante solicitado;

**13.4.** Os materiais entregues terão garantia mínima de **01 (um) ano**. Entenda-se por garantia o período a contar da data da aceitação plena do material, ou seja, quando este for plenamente aceito depois da vistoria técnica (recebimento definitivo), data que poderá ser posterior ao recebimento no almoxarifado (recebimento provisório);

**13.5.** Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, em acordo à praxe do fabricante, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**13.6.** Mesmo considerando a garantia mínima de **12 (doze) meses** para os materiais ofertados e o **subitem 13.4.** acima, para os casos em que ocorrerem defeitos nos materiais, cuja ciência só possa se dar quando de seu uso continuado ( que não durante a vistoria técnica/recebimento técnico dos materiais), mesmo tendo-se ultrapassado os prazos da garantia mínima de **12 (doze) meses** e do **subitem 13.4.** acima, a empresa fornecedora poderá ser acionada para que sejam sanadas as não conformidades detectadas. Neste caso, a empresa terá o prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** para a sua reparação e substituição, se for o caso;

**13.7.** Não serão aceitos, sob as sanções previstas na legislação, materiais com prazos de validade vencidos;

**13.8.** O (s) material (is) deverá (ão) ser aceito (s), da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, pelo almoxarifado/PCU/UFPE, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes no **Anexo I** deste Edital e/ou Nota de Empenho;

b) **Definitivamente**, em até **10 (dez) dias** após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação pela Gerencia de Logística/PCU/UFPE, podendo ser avalizado por setor da área técnica.

#### 14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**14.1.** O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária indicada pela Contratada, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de apresentação da Fatura ou Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização do Contrato;

**14.2.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá conter o detalhamento do material fornecido e após atestada pelo gestor ser obrigatoriamente acompanhada da seguinte comprovação:

- a. Regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93; e regularidade trabalhista, constatada mediante a emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT perante o sítio da Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/2011.
- b. A Nota Fiscal ou Fatura que for apresentada com erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado previamente, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação deste documento.

#### 15. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

**15.1.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, substituído pela Nota de Empenho, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e nas demais cominações legais;

**15.2.** Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial do fornecimento dos produtos e o descumprimento de qualquer condição prevista neste Edital, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

**I** – Advertência;

**II** – Multa na forma estabelecida no **subitem 15.3**;

**III** – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **02 (dois) anos**;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

**15.2.1.** As penalidades previstas nos **incisos I, III e IV** poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no **inciso II**, facultada a defesa prévia da adjudicatária, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação;

**15.3.** Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos, por:

**I** – Atraso na entrega: **0,2% (dois décimos por cento)**, por dia de atraso, sobre o valor global da proposta;

**II** – Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta;

**III** – Recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta.

**15.4.** No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês;

**15.5.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (art. 28, *Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

**15.6.** A adjudicatária ficará sujeita, ainda, às penalidades referidas nos incisos I e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, no que couber;

15.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência e/ou multa.

## 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. À UFPE cabe o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme disposto no *artigo 29 do Decreto nº 5.450/2005*;

16.1.1. A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata e não ensejará direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé (*art. 29, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

16.2. A sessão pública deste Pregão poderá ser suspensa a qualquer momento a critério do Pregoeiro por motivo a ser registrado no Sistema Eletrônico;

16.2.1. No caso de suspensão da sessão pública, o Pregoeiro informará o dia e o horário em que reabrirá a sessão visando o prosseguimento das etapas subsequentes. O não comparecimento do licitante nas sessões virtuais subsequentes não ensejará reclamações, não obstará o prosseguimento dos trabalhos do Pregoeiro, nem repercutirá sobre as decisões que este proferir;

16.2.2. Caso não seja possível reabrir a sessão pública no dia e horário estabelecidos por impossibilidade de acesso à Internet e/ou ao sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, o Pregoeiro lançará aviso no referido sítio informando novos dia e horário para reabertura;

16.3. No caso de eventual divergência entre este Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro;

16.4. A dotação orçamentária será indicada previamente à emissão da Nota de Empenho (*§ 2º do art. 7º do Decreto 7.892 de 23/01/2013*);

16.5. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, na forma eletrônica. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico solicitante da licitação, decidir sobre a impugnação no **prazo de 24 horas** (*art. 18 do Decreto nº 5.450/2005*);

16.5.1. A impugnação com identificação deste pregão e respectivo processo administrativo, poderá ser enviada ao Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, no endereço indicado no **subitem 16.6** deste Edital;

16.5.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame (*art. 18, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

16.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, no seguinte endereço: [pregoeiros@ufpe.br](mailto:pregoeiros@ufpe.br), com identificação deste Pregão e respectivo processo administrativo (*art. 19 do Decreto nº 5.450/2005*);

16.7. Os avisos, as respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, no link **acesso livre > pregões > agendados** ou no menu principal, no link: **visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso**;

16.8. Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: **publicações > manuais > pregão > pregão eletrônico – fornecedor**; ou pelo telefone **0800. 9782329** ou e-mail: [comprasnet@planejamento.gov.br](mailto:comprasnet@planejamento.gov.br);

16.9. As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (*Artigo 5º, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

16.10. Cabe ao Pregoeiro decidir as questões resultantes do procedimento da licitação, competindo-lhe inclusive a interpretação deste Edital;

16.11. Disponibilização do Edital: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

**16.12.** Os interessados podem acompanhar a tramitação do processo referente à presente licitação no sítio [www.ufpe.br](http://www.ufpe.br) - opção Links Rápidos – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS;

**16.13.** As publicações referentes aos eventos licitatórios podem ser obtidas no sítio <http://www.in.gov.br/> (Imprensa Nacional, DOU, seção 3);

**16.14.** Integram este instrumento: **Anexo I** – Especificações e Quantitativos; **Anexo II** – Modelo da Proposta; **Anexo III** – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Recife, 19 de Fevereiro de 2016.

**MARÍLIA B. DE LIMA PEQUENO**  
**Coordenadora de Licitações**  
**SIAPE 1650594**

**ANEXO I**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2016**

**ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade prevista</b>
<b>01</b>	01	Disjuntor termomagnético monopolar tipo BOLT-ON, com capacidade de interrupção mínima 3kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido tipo bolt-on. Corrente nominal 20A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas as correlacionadas ou que as substituam.	150
	02	Disjuntor termomagnético monopolar tipo BOLT-ON, com capacidade de interrupção mínima 3kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido tipo bolt-on. Corrente nominal 25A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas as correlacionadas ou que as substituam.	100
	03	Disjuntor termomagnético monopolar tipo BOLT-ON, com capacidade de interrupção mínima 3kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido tipo bolt-on. Corrente nominal 40A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas as correlacionadas ou que as substituam.	50
	04	Disjuntor termomagnético monopolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 3kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm <sup>2</sup> . Corrente nominal 16A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas as correlacionadas ou que as substituam.	100

LOTE	ITEM	Descrição	Quantidade prevista
	05	Disjuntor termomagnético monopolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 3kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm². Corrente nominal 20A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	100
	06	Disjuntor termomagnético monopolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 3kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm². Corrente nominal 25A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	100
	07	Disjuntor termomagnético monopolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 3kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm². Corrente nominal 32A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50
	08	Disjuntor termomagnético monopolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 3kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm². Corrente nominal 40A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50
	09	Disjuntor termomagnético tripolar tipo BOLT-ON, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido tipo bolt-on. Corrente nominal 30A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	30

LOTE	ITEM	Descrição	Quantidade prevista
	10	Disjuntor termomagnético tripolar tipo BOLT-ON, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido tipo bolt-on. Corrente nominal 35A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50
	11	Disjuntor termomagnético tripolar tipo BOLT-ON, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido tipo bolt-on. Corrente nominal 40A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50
	12	Disjuntor termomagnético tripolar tipo BOLT-ON, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido tipo bolt-on. Corrente nominal 50A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50
	13	Disjuntor termomagnético tripolar tipo BOLT-ON, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido tipo bolt-on. Corrente nominal 70A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50
	14	Disjuntor termomagnético tripolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm. Corrente nominal 25A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50

LOTE	ITEM	Descrição	Quantidade prevista
	15	Disjuntor termomagnético tripolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm. Corrente nominal 32A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	30
	16	Disjuntor termomagnético tripolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm. Corrente nominal 40A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50
	17	Disjuntor termomagnético tripolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm. Corrente nominal 50A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	30
	18	Disjuntor termomagnético tripolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm. Corrente nominal 63A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	50
	19	Disjuntor termomagnético tripolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm. Corrente nominal 70A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	30



LOTE	ITEM	Descrição	Quantidade prevista
	20	Disjuntor termomagnético tripolar tipo DIN, com capacidade de interrupção mínima 5kA em 220V, curva de disparo C, sistema de fixação por engate rápido em trilho DIN 35 mm. Corrente nominal 100A. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, NBR IEC 60898 e todas as estas correlacionadas ou que as substituam.	30
	21	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 63A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 10kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas as estas correlacionadas ou que as substituam.	30
	22	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 100A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 10kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas as estas correlacionadas ou que as substituam.	30
	23	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 125A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 10kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas as estas correlacionadas ou que as substituam.	10
	24	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 150A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 10kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas as estas correlacionadas ou que as substituam.	10
	25	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 175A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 10kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas as estas correlacionadas ou que as substituam.	10

<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade prevista</b>
	26	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 200A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 10kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	10
	27	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 250A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 10kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	10
	28	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 300A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 10kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	10
	29	Disjuntor termomagnético em caixa moldada, tripolar, capacidade nominal de condução de 400A, capacidade de interrupção simétrica mínima de 18kA em 380V. Deve atender as normas NBR IEC 60947-2, UL 489 todas a estas correlacionadas ou que as substituam.	30
<b>02</b>	30	Interruptor Diferencial Residual, bipolar, sensibilidade de 30mA, corrente nominal 25A. Deve atender as normas NBR NM 61008 e todas a esta correlacionadas ou que a substituam.	10
	31	Interruptor Diferencial Residual, bipolar, sensibilidade de 30mA, corrente nominal 40A. Deve atender as normas NBR NM 61008 e todas a esta correlacionadas ou que a substituam.	10

<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade prevista</b>
	32	Interruptor Diferencial Residual, bipolar, sensibilidade de 30mA, corrente nominal 63A. Deve atender as normas NBR NM 61008 e todas a esta correlacionadas ou que a substituam.	10
	33	Interruptor diferencial residual, tipo tetrapolar instantâneo, quantidade pólos 4, frequência nominal 50/60, sensibilidade 30, corrente operacional 25, tipo fixação por meio de trilho din 35 mm, normas técnicas iec 61008-2-1, classe ac, tensão máxima 415	10
	34	Interruptor diferencial residual, quantidade pólos 4, tensão nominal 220, sensibilidade 30, corrente operacional 40, tipo fixação por meio de trilho din 35 mm, normas técnicas nbr 5410 ou iec 61008-1, referência 08694 (legrand)	10
	35	Interruptor Diferencial Residual, tetrapolar, sensibilidade de 30mA, corrente nominal 63A. Deve atender as normas NBR NM 61008 e todas a esta correlacionadas ou que a substituam.	10
<b>03</b>	36	Lâmpada de vapor metálico em alta pressão de bulbo tubular, potência nominal de pelo menos 400W, base E40, com fluxo luminoso mínimo de 32000 lumens, adequada para utilização com reator eletromagnético, com tensão necessária para a partida compatível com o reator ofertado. Deve atender a norma NBR IEC 61167 e todas a esta correlacionadas ou que a substituam.	30
	37	Reator eletromagnético para uma lâmpada vapor metálico 400W, uso externo, 220V, 60Hz, com ignitor incorporado, fator de potência igual ou superior a 0,92 indutivo, potência própria igual ou inferior a 40W, pico de tensão de partida compatível com a lâmpada ofertada. Deve atender a norma NBR 14305 e todas a esta correlacionadas ou que a	30

LOTE	ITEM	Descrição	Quantidade prevista
		substituíam.	
	38	Lâmpada de vapor metálico em alta pressão com bulbo tubular, potência nominal 2000W, base E40, com fluxo luminoso mínimo de 189.000 lumens, adequada para utilização com reator eletromagnético, com tensão necessária para a partida compatível com o reator ofertado. Deve atender a norma NBR IEC 61167 e todas as correlacionadas ou que a substituíam.	30
	39	Reator eletromagnético para uma lâmpada vapor metálico 2000W, uso externo, 380V, 60Hz, fator de potência igual ou superior a 0,92 indutivo, potência própria igual ou inferior a 100W, pico de tensão de partida compatível com a lâmpada ofertada. Deve atender a norma NBR 14305 e todas as correlacionadas ou que a substituíam.	30
	40	Lâmpada fluorescente tubular, potência nominal 32W, base G13, T8, com fluxo luminoso mínimo de 2.600 lumens e temperatura de cor mínima de 5.000K, adequada para utilização com reator eletrônico. Deve atender a norma NBR IEC 60081 e todas as correlacionadas ou que a substituíam.	10.000

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2016

MODELO DA PROPOSTA

**OBJETO:** Registro de Preços unitários, visando à aquisição de material eletroeletrônico para suprimento das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife e demais campi da UFPE:

Lote	Item	Especificação do Produto	Marca/ Fabricante/ Modelo/ Linha	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ Total

<b>Preço global da proposta (soma dos preços globais dos itens) R\$</b>	
---	--

**VALIDADE DA PROPOSTA:** ....(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão (v. **subitem 1.2** do Edital).

**ANEXOS:**

**a)** informações esclarecedoras que comprovem os requisitos mínimos exigidos neste Edital, sendo aceitos, também, aqueles obtidos pela internet. No caso de cópias, somente serão aceitas se legíveis.

**DECLARAMOS**, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: **1)** o valor do objeto; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** fretes; **4)** seguros; **5)** os encargos sociais e trabalhistas incidentes; **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado **7)** Garantia mínima de **12 (doze) meses**.

**REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

*NOME:*

*NACIONALIDADE:*

*ESTADO CIVIL:*

*FUNÇÃO:*

*ENDEREÇO RESIDENCIAL:*

*CPF (com cópia):*

*R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):*

**DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

*BANCO Nº:*

*NOME DO BANCO:*

*AGÊNCIA Nº:*

*NOME DA AGÊNCIA:*

*CONTA CORRENTE Nº:*

*PRAÇA DE PAGAMENTO:*

(Local), ..... de ..... de 2016.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2016

Minuta da  
Ata de Registro de Preços n.º...../2016

(UMA ATA PARA CADA FORNECEDOR)

A Universidade Federal de Pernambuco, CNPJ nº 24.134.488/0001-08, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado, CPF nº 127.044.234-15, RG 1.065.220 SSP/PE, residente nesta cidade, doravante denominada UFPE, e de outro lado a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede à ....., representada por ....., CPF nº ....., CI nº....., residente à ....., Conta nº ....., Banco ....., Ag. ....., FORNECEDORA do(s) item(ns) abaixo indicado(s) na **Pregão Eletrônico nº 14/2016 – Processo nº 23076.047353/2015-80**, neste ato representada pelo(a) sr.(a) ....., CPF nº ....., CI nº....., residente à ....., doravante denominada FORNECEDORA, têm entre si, justo e avançado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, com a redação dada pelo Decreto nº 8.250/2014, que regulamenta o art. 15 da Lei nº 8.666/93, 21 de junho de 1993, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e as seguintes: **OBJETO** – Registro de Preços unitários, visando à aquisição de material eletroeletrônico para suprimento das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife e demais campi da UFPE, quais sejam:

Lote	Item	Especificação	Forma de Apresentação	Demanda global estimada	Preço Unitário	Preço Global

<b>Preço global da proposta (soma do preço global dos itens) R\$</b>	
--	--

**UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** - Não há previsão de utilização da Ata de Registro de Preços por órgão participante, por inexistência de manifestação de interesse na Intenção de Registro de Preços nº 153080-00206/2015, divulgada no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) em 20/11/2015. **ATA DE FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA (SE COUBER)** – Consta do **Anexo I** desta Ata; **PRAZO DE VALIDADE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** – prazo de 12 (doze) meses, após cumpridos os requisitos de publicidade desta Ata, ocorrido em...../...../..... **CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** – A UFPE não se obriga a firmar contratações que poderão advir desta Ata, ressalvada à FORNECEDORA a preferência em igualdade de condições, na hipótese de a UFPE utilizar-se de outros meios para contratação. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa, a qual deverá ser retirada pela FORNECEDORA no **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** a contar da comunicação feita pela UFPE. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** – **1)** O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária indicada pela Contratada, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contado a partir da data de apresentação da Fatura ou Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Gestor da Ata; **2)** A **Nota Fiscal ou Fatura** deverá conter o detalhamento do material fornecido e após atestada pelo gestor ser obrigatoriamente acompanhada da seguinte comprovação: **a)** regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93; e **b)** regularidade trabalhista, constatada mediante a emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT perante o sítio da Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/2011. **3)** A **Nota Fiscal ou Fatura** que for apresentada com erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no **subitem 1 acima**, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. **ALTERAÇÃO DA ATA** – Esta ata poderá sofrer alterações, desde que não resultem acréscimos nos quantitativos dos seus itens, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 a Lei nº 8666/93, nos termos

do § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. **REVISÃO DE PREÇOS** – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à UFPE promover as negociações junto aos FORNECEDORES. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a UFPE convocará os FORNECEDORES para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; frustrada essa negociação, os FORNECEDORES serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir o compromisso, a UFPE poderá: **a)** liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** convocar os demais FORNECEDORES para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nessas negociações, a UFPE poderá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA** – Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços a ser firmada, e sem alteração dos preços estipulados, obrigar-se-á(ão), ainda, a(s) fornecedora(s): **1)** Fornecer os materiais em estrita conformidade com as especificações exigidas nesta Ata, no Edital e em seus **Anexos**; **2)** Entregar o material objeto desta Ata no almoxarifado da PCU da UFPE nos mesmos prazos e preços estipulados; **3)** Responder por todos os custos associados ao transporte do material até o Almoxarifado da Superintendência de Infraestrutura da Universidade Federal de Pernambuco; **4)** Substituir ou recuperar, no prazo máximo de até **15 (quinze) dias corridos** após a sua efetiva comunicação, o bem que, após a entrega e vistoria técnica, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação; **5)** Responder pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercido pela UFPE; **6)** Fornecer Nota Fiscal/Fatura indicando, a descrição do produto, a marca, o modelo e/ou linha e a quantidade de produto entregue, bem como seu valor unitário e total; **7)** Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre a Ata de Registro de Preços, bem como as necessárias para a completa execução da mesma, exceto a publicação do seu extrato que será providenciada pela UFPE; **8)** Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata; **9)** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, total compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de especificação exigidas nesta Ata. **OBRIGAÇÕES DA UFPE** – A UFPE obriga-se a: **1)** Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado de modo a garantir o fiel cumprimento do instrumento convocatório da licitação e da proposta; **2)** Efetuar o recebimento dos materiais, de modo a garantir o fiel cumprimento do contido na proposta; **3)** Efetuar o pagamento devido no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, seus **Anexos** e nesta Ata, abatidas as multas, se houver; **4)** Providenciar a publicação resumida do resultado do certame, por extrato, no Diário Oficial da União, quando for o caso; **5)** Manter arquivada, junto ao processo administrativo ao qual estará vinculado esta Ata, toda a documentação a ele referente; **6)** Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas ao objeto desta Ata; **7)** Notificar expressamente a CONTRATADA, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, tendo este prazo de **03 (três) dias úteis** para saná-las em totalidade. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO** – **1)** As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos a contar da emissão da Nota de Empenho ou documento equivalente; **2)** O material com as quantidades do objeto registrado em Ata deverá ser entregue no Almoxarifado da Superintendência de Infraestrutura da UFPE, no campus I da UFPE, em até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da nota de empenho e requisição de material com nº da nota de empenho vinculada à requisição, expedida pela PCU/UFPE, pelo fornecedor. No horário das **08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min de segunda a sexta-feira em dias úteis (dias de expediente)** na Universidade Federal de Pernambuco; **3)** A quantidade de material – objeto registrado em ATA - a ser destinada à Superintendência de Infraestrutura/UFPE será definida na **nota de empenho e requisição de material** expedida, exclusivamente, pela PCU/UFPE, de acordo com as demandas e necessidades da PCU/UFPE, e no caso de envio de amostras o quantitativo destas deve ser abatido do montante solicitado; **4)** Os materiais entregues terão garantia mínima de **01 (um) ano**. Entenda-se por garantia o período a contar da data da aceitação plena do material, ou seja, quando este for plenamente aceito depois da vistoria técnica (recebimento definitivo), data que poderá ser posterior ao recebimento no almoxarifado (recebimento provisório); **5)** Mesmo considerando a garantia mínima de **12 (doze) meses** para

os materiais ofertados e o **subitem 4** acima, para os casos em que ocorrerem defeitos nos materiais, cuja ciência só possa se dar quando de seu uso continuado (que não durante a vistoria técnica/recebimento técnico dos materiais), mesmo tendo-se ultrapassado os prazos da garantia mínima de **12 (doze) meses** e do **subitem 4** acima, a empresa fornecedora poderá ser acionada para que sejam sanadas as não conformidades detectadas. Neste caso, a empresa terá o prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** para a sua reparação e substituição, se for o caso; **6)** Não serão aceitos, sob as sanções previstas na legislação, materiais com prazos de validade vencidos; **7)** O (s) material (is) deverá (ão) ser aceito (s), da seguinte forma: a) **Provisoriamente**, pelo almoxarifado/PCU/UFPE, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes no **Anexo I** do Edital vinculado a esta Ata e/ou Nota de Empenho; b) **Definitivamente**, em até **10 (dez) dias** após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação pela Gerência de Logística/PCU/UFPE, podendo ser avalizado por setor da área técnica. **GESTÃO DA ATA** – O Gerenciamento da Ata, compreendendo o acompanhamento, emissão de requisição de material junto à contratada e a fiscalização de sua execução será exercida pela gerência de suprimentos/DMC/PCU/UFPE, através do servidor que ocupe o cargo de Gerente de Suprimentos da Prefeitura da Cidade Universitária. **CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS** – A FORNECEDORA terá seu registro cancelado pela UFPE, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos: **a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; **b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados da comunicação efetivada pela UFPE, sem justificativa aceitável; **c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado; **d)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02; e **e)** ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta ata, devidamente comprovado e justificado: **I** – por razão de interesse público ou **II** - a pedido do fornecedor (*art.21 do Decreto nº 7.892/2013*); **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – A dotação orçamentária será indicada nos autos do procedimento licitatório previamente à emissão da Nota de Empenho de Despesa ou formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§2º do art. 7º do Decreto nº 7.982, de 23/01/2013). As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do Exercício correspondente. **PENALIDADES ADMINISTRATIVAS** – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar a documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e/ou na ata e das demais cominações legais; Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial da Ata e o descumprimento de qualquer condição prevista no Edital, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades: **I** – Advertência; **II** – Multa na forma estabelecida abaixo; **III** – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **02 (dois) anos**; **IV** – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade. As penalidades previstas nos **incisos I, III e IV** poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no **inciso II**, facultada a defesa prévia da FORNECEDORA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação. Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos, por: **I** – Atraso na entrega: **0,2% (dois décimos por cento)**, por dia de atraso, sobre o valor global da proposta; **II** – Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta; **III** – Recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (*art. 28, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*). A adjudicatária ficará sujeita, ainda, às penalidades referidas nos incisos I e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, no que couber. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência e/ou multa. **FORO** - O foro da Justiça Federal de Pernambuco é o competente para dirimir eventuais questões resultantes desta Ata ou de



sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja. **DISPOSIÇÕES FINAIS** – À UFPE cabe o direito de revogar esta Ata por interesse público, observando-se o disposto no *art. 49 da Lei nº 8.666/93* e nesta Ata. Se qualquer das partes relevar alguma eventual falta relacionada com a execução desta Ata, tal fato não significa liberação ou desoneração a quaisquer delas, para o cometimento de outras. Vincula-se esta Ata ao **Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2016** e a proposta da FORNECEDORA para todos os fins de direito, independente de sua transcrição e de seus anexos. Compete à UFPE dirimir divergência, de qualquer natureza, entre os documentos integrantes desta Ata. E por estarem de perfeito acordo, firmam a presente Ata em 2 (duas) vias, a qual lida e achada conforme, é assinada pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Recife,..... de .....de 2016.

UFPE

FORNECEDORA

Testemunhas:

Nome..... CPF.....

Nome..... CPF.....

**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO n.º...../2016**  
**(ATA DE FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA)**